

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.052.162 - SE
(2017/0025408-7)**

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE : **TONY CARLO CORREIA FERREIRA**
ADVOGADO : **MANOEL FERNANDES DA SILVA NETO E OUTRO(S) - SE005044**
AGRAVADO : **LEANDRO MAIA ALVES DIAS**
ADVOGADO : **CATARINA MOREIRA DE FARIA - SE000753A**
INTERES. : **CONCEICAO DE MARIA DE ABREU FERREIRA MACHADO**

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. SERVIENTIAS EXTRAJUDICIAIS. MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÕES PROFERIDOS PELO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. ANULAÇÃO. AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REEXAME DA COMPLEXIDADE DAS DEMANDAS. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

1. Cumpre ao recorrente, ao suscitar a existência de afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, explicitar quais os pontos que efetivamente foram omitidos pelo acórdão combatido e fundamentar, no capítulo próprio da impugnação, que a análise dessas questões é imprescindível para o correto deslinde da demanda. Incidência da Súmula 284/STF.

2. No caso, a impetração teve por finalidade controlar a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública que modificou a classificação de concurso público para as serventias extrajudiciais do Estado de Sergipe, atingindo a esfera de direitos dos demais classificados no referido certame. Evidencia-se, portanto, que houve a correta indicação do direito líquido e certo vindicado na demanda, especialmente quanto à existência de contrariedade ao devido processo legal.

3. O reexame da complexidade das demandas que tramitaram no Juizado Especial da Fazenda Pública e cujos atos decisórios foram anulados pelo Tribunal de origem esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

4. Ao fundamentar a incompatibilidade entre o rito dos Juizados Especiais e a extensão dos interesses constantes das ações em debate, a Corte de origem apoiou-se no disposto no art. 98 da Constituição Federal. O recorrente, contudo, não interpôs recurso extraordinário para impugnar esse ponto, o que também

inviabiliza o processamento do apelo especial. Aplicação da Súmula 126/STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator

